



MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Nº 010/2026 PMFA-SMECD

Referente à construção de uma Quadra Poliesportiva para o município de Floresta do Araguaia-PA.

Fevereiro/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBRA DE ENGENHARIA

1. ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Trata-se de uma obra de construção de Quadra Poliesportiva no Município de Floresta do Araguaia, a ser implantada nas coordenadas geográficas: Latitude: -7.55810 e Longitude: -49.70006 neste município.

3. DIRETRIZES LEGAIS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

A presente contratação, referente à execução de obra de engenharia para construção de Quadra Poliesportiva coberta, será conduzida e formalizada sob o regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observadas as disposições aplicáveis à fase de planejamento (ETP/Projeto Básico, estimativa do valor, gerenciamento de riscos, definição do regime de execução, critérios de medição e pagamento, entre outros) e à seleção do fornecedor.

No âmbito local, deverão ser observadas, ainda, as regras e fluxos estabelecidos no Decreto Municipal nº 680/2023, que regulamenta a aplicação da Lei 14.133/2021 no Município de Floresta do Araguaia, especialmente quanto a papéis (área demandante/técnica), instrução processual e governança da contratação.

No que se refere às normas técnicas e regulatórias aplicáveis à obra, a solução técnica definida nas peças do projeto deve observar, no mínimo, os seguintes referenciais, conforme aplicabilidade ao escopo:

a) Normas técnicas de projeto e execução (ABNT e correlatas):

- Acessibilidade: atendimento aos critérios e parâmetros de acessibilidade em edificações e espaços, conforme ABNT NBR 9050:2020.
- Instalações elétricas: observância da ABNT NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), para garantir segurança e conformidade das instalações previstas na quadra.
- Estruturas: atendimento às normas de referência aplicáveis às estruturas de concreto e elementos estruturais previstos no projeto (ex.: ABNT NBR 6118 – estruturas de concreto).
- Rotas de saída/segurança (quando aplicável ao tipo de ocupação e ao conjunto de instalações): critérios de saídas de emergência conforme referências técnicas usuais, como a ABNT NBR 9077.

b) Segurança e saúde no trabalho (execução da obra):

A execução deverá cumprir as Normas Regulamentadoras do MTE, com destaque para a NR-18 (Indústria da Construção), inclusive quanto a planejamento, organização do canteiro e medidas preventivas.

Outras NRs poderão ser exigidas conforme os serviços (ex.: NR-10 para atividades elétricas; NR-35 para trabalho em altura), a depender do método executivo adotado.

c) Meio ambiente e gestão de resíduos:

Deverá ser assegurada a gestão adequada dos resíduos gerados, com atendimento à Resolução CONAMA nº 307/2002 (diretrizes, critérios e procedimentos para resíduos da construção civil), incluindo segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada.

d) Requisitos de qualificação técnica e regularidade profissional:

Os serviços deverão ser executados por empresa legalmente habilitada para obras de engenharia, com responsável técnico e emissão das respectivas ART/RRT (conforme conselho competente), além do cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho, durante toda a execução contratual.

e) Diretrizes de sustentabilidade e desempenho:

A contratação deverá incorporar, quando técnica e economicamente viável, medidas de sustentabilidade e de racionalização de recursos, tais como uso eficiente de energia (ex.: soluções de iluminação), durabilidade e baixa manutenção, e adoção de práticas que minimizem impactos ambientais (comprovação documental e rotinas de fiscalização em contrato).

Dessa forma, a contratação proposta está amparada por base normativa robusta (Lei 14.133/2021 e regulamentação municipal), e por referenciais técnicos e regulatórios essenciais (ABNT/NR/CONAMA), assegurando que o planejamento e a execução da obra ocorram com segurança, qualidade, sustentabilidade, transparência e conformidade.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. Identificação do Problema

A presente demanda decorre de análise técnica preliminar realizada pela Administração Municipal de Floresta do Araguaia – PA, que identificou insuficiência da infraestrutura esportiva pública disponível no Município, especialmente quanto à inexistência de quadra poliesportiva coberta adequada para atendimento regular das atividades esportivas, recreativas e comunitárias.

Atualmente, as atividades esportivas promovidas pelo Município são desenvolvidas de forma limitada, em espaços improvisados ou sem cobertura, o que compromete a regularidade das ações, especialmente em períodos de chuvas intensas e alta incidência solar, características da região. Tal cenário reduz a efetividade das políticas públicas de esporte e lazer e restringe o acesso da população a ambientes apropriados para práticas esportivas seguras e estruturadas.

4.2. Contextualização Institucional

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, por meio do Departamento de Esportes, possui como atribuição institucional fomentar políticas públicas voltadas ao esporte, lazer e promoção da qualidade de vida, assegurando à população o acesso a atividades esportivas, recreativas e de convivência social.

O esporte constitui instrumento estratégico de inclusão social, promoção da saúde, prevenção à vulnerabilidade social e fortalecimento da cidadania. Entretanto, a ausência de equipamento público adequado limita a execução de:

- Escolinhas esportivas;
- Treinamentos regulares;
- Competições municipais;
- Eventos comunitários;
- Ações voltadas à juventude e integração social.

A construção da Quadra Poliesportiva coberta permitirá ampliar a capacidade operacional do Município na execução dessas políticas públicas.

4.3. Interesse Público Envolvido

O interesse público envolvido na presente contratação é amplo e estruturante, considerando que a implantação da Quadra Poliesportiva representa investimento direto na promoção da saúde, inclusão social, desenvolvimento comunitário e melhoria da qualidade de vida da população.

Com a execução da obra, busca-se:

- Garantir espaço seguro e adequado para práticas esportivas;
- Reduzir a exposição de crianças e adolescentes a situações de ociosidade e vulnerabilidade social;
- Incentivar hábitos saudáveis;
- Promover integração social entre bairros e comunidades;
- Fortalecer políticas públicas municipais de esporte e lazer.

A demanda apresenta caráter coletivo e permanente, configurando-se como investimento em infraestrutura pública de uso comunitário.

4.4. Alinhamento com o Planejamento Municipal

A contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento orçamentário do Município, incluindo:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente;
- Plano Plurianual (PPA 2025/2028).

Trata-se de despesa classificada como investimento (despesa de capital), voltada à implantação de equipamento público permanente, integrando as ações estratégicas do Município voltadas ao fortalecimento do esporte e da infraestrutura urbana.

A iniciativa observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.5. Impactos da Não Contratação

4.5.1. Impactos Imediatos

A não realização da obra implicará:

- Continuidade da insuficiência de infraestrutura esportiva;
- Restrição da oferta de programas esportivos municipais;
- Dificuldade na realização de eventos comunitários;
- Limitação da prática esportiva regular pela população;
- Redução da efetividade das políticas públicas de esporte.

4.5.2. Impactos de Longo Prazo

No médio e longo prazo, poderão ocorrer:

- Enfraquecimento das políticas públicas de esporte e lazer;
- Aumento da vulnerabilidade social de jovens e adolescentes;
- Desestímulo à prática esportiva;
- Perda de oportunidades de integração comunitária;
- Necessidade futura de investimentos mais elevados em razão do atraso na implantação da infraestrutura.

A ausência da contratação compromete a concretização de política pública estruturante e o atendimento adequado ao interesse coletivo.

4.6. Síntese da Necessidade

Diante do exposto, conclui-se que a contratação para execução da obra de engenharia destinada à construção de Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia – PA é necessária, adequada e alinhada ao interesse público, constituindo medida estratégica para o fortalecimento das políticas municipais de esporte, inclusão social e desenvolvimento comunitário.

5. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, § 1º, inc. II da Lei nº 14.133/2021):

É importante salientar que, embora a presente necessidade não esteja formalmente registrada em um Plano de Contratações Anual (PCA) – considerando que este instrumento ainda não foi elaborado para o período –, a demanda referente à construção da Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia – PA encontra-se integralmente alinhada e amparada pelos principais instrumentos de planejamento e execução orçamentária municipal.

Especificamente, a pretensão está em plena conformidade com as diretrizes e previsões constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2026 e no Plano Plurianual (PPA 2025/2028 – Lei nº 624/2021), estando

devidamente compatível com as ações governamentais voltadas à infraestrutura urbana e ao fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer.

Caso a execução ultrapasse o exercício financeiro, a despesa remanescente será programada nas LOAs subsequentes, observados PPA/LDO e as vedações da LRF, garantindo-se dotação orçamentária suficiente e empenhos por exercício até a conclusão do objeto.

Assim, ainda que não formalmente registrada em PCA, a contratação respeita os princípios do planejamento, da legalidade e da eficiência, nos termos do art. 12, §1º e

§2º da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com a matriz orçamentária vigente e com o cronograma de execução das ações governamentais para o exercício de 2025.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: (inc. III, § 1º, art. 18 da Lei 14.133/21, § 2º, art. 18 da Lei nº 14.133/21)

A presente contratação refere-se à execução de obra comum de engenharia, consistente na construção de Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia – PA.

O prazo de vigência contratual será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, abrangendo a execução da obra, os prazos de recebimento provisório e definitivo e eventuais ajustes administrativos, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e interesse da Administração.

6.1. Padrões Mínimos de Qualidade

A contratação deverá observar, minimamente, os seguintes requisitos de qualidade, que deverão ser incorporados ao Termo de Referência/Projeto Básico:

✓ Segurança Estrutural

A edificação deverá atender integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis (ABNT), garantindo estabilidade, resistência, desempenho estrutural e durabilidade, inclusive no que se refere à estrutura metálica de cobertura, fundações e elementos de concreto armado.

Deverá também observar as exigências do Corpo de Bombeiros quanto à segurança e sinalização, quando aplicável.

✓ Qualidade dos Materiais

Os materiais empregados deverão ser novos, certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, priorizando desempenho, resistência mecânica, durabilidade e baixa necessidade de manutenção.

✓ Conformidade com o Projeto Aprovado

A execução deverá seguir rigorosamente o Projeto Básico de Engenharia aprovado, incluindo plantas, memoriais descritivos, planilha orçamentária e especificações técnicas, sendo vedadas alterações sem prévia autorização formal da Administração.

✓ Boas Práticas Construtivas

A contratada deverá adotar procedimentos técnicos adequados que assegurem:

- Correta execução estrutural;

- Segurança dos trabalhadores (NR-18, NR-10, NR-35, quando aplicável);
- Proteção do entorno e da comunidade;
- Organização adequada do canteiro de obras.

✓ **Acessibilidade**

A obra deverá atender integralmente à ABNT NBR 9050/2020, garantindo acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, especialmente nos acessos, circulação e áreas de uso comum.

✓ **Durabilidade e Baixa Manutenção**

As soluções construtivas deverão priorizar sistemas que assegurem maior vida útil da edificação, resistência às intempéries e redução de custos de manutenção futura.

6.2. Qualificação Econômico-Financeira

(Art. 69 da Lei nº 14.133/2021)

Considerando tratar-se de obra pública com investimento relevante e regime de execução a ser definido no Termo de Referência (preferencialmente empreitada por preço global), será exigida comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante apresentação de:

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial;
- Índices de liquidez e solvência;
- Patrimônio Líquido mínimo, nos termos do art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021 (limitado a até 10% do valor estimado).

A exigência justifica-se para mitigar riscos de paralisação da obra por incapacidade financeira da contratada, garantindo continuidade da execução e proteção ao interesse público.

Os parâmetros objetivos serão definidos e devidamente motivados no Termo de Referência.

6.3. Qualificação Técnica

(Art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

Será exigida comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional compatível com o objeto da contratação.

A empresa deverá demonstrar:

✓ **Capacidade Técnico-Operacional**

Comprovação de execução anterior de obras de natureza e complexidade compatíveis com construção de quadra poliesportiva, estrutura metálica, cobertura, piso esportivo ou edificações similares.

✓ **Capacidade Técnico-Profissional**

Comprovação de que possui em seu quadro responsável técnico devidamente habilitado (engenheiro civil ou profissional competente), com registro no CREA/CAU e experiência comprovada em obras semelhantes.

As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos a serem exigidos (limitados a até 50% dos quantitativos do objeto), serão definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, conforme art. 67, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Critérios de Sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental e racionalização de recursos, tais como:

✓ **Planejamento Sustentável**

Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução da obra.

✓ **Gestão de Resíduos**

Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002, priorizando reutilização e reciclagem.

✓ **Coleta Seletiva**

Separação adequada de resíduos, embalagens e sobras de materiais para destinação ambientalmente adequada.

✓ **Uso Racional de Recursos**

- Controle de desperdício de água;
- Utilização de iluminação eficiente (ex.: luminárias LED);
- Redução de consumo energético no canteiro.

✓ **Materiais Sustentáveis**

Sempre que técnica e economicamente viável, priorização de materiais com menor impacto ambiental e maior durabilidade.

Síntese

Os requisitos da contratação foram definidos de forma a garantir:

- Segurança estrutural;
- Conformidade técnica;
- Durabilidade;
- Sustentabilidade ambiental;
- Mitigação de riscos contratuais;
- Eficiência e economicidade.

A definição desses requisitos assegura que a futura contratação esteja plenamente alinhada à Lei nº 14.133/2021, às normas técnicas aplicáveis e ao interesse público municipal, garantindo a entrega de infraestrutura esportiva adequada e segura à população de Floresta do Araguaia.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES: (inc. IV, § 1º, art. 18 da Lei 14.133/21, § 2º, art. 18 da Lei nº 14.133/21)

A estimativa de quantidades para a presente contratação foi realizada com base nas peças técnicas do Projeto Básico de Engenharia, especialmente o projeto arquitetônico (planta baixa/cobertura/cortes), a memória de cálculo e a planilha orçamentária (orçamento sintético), as quais consolidam os quantitativos necessários à execução integral da obra.

A estimativa contempla 1 (uma) unidade de Quadra Poliesportiva coberta a ser implantada no Município de Floresta do Araguaia – PA, com quadra dimensionada em 30,00 m x 17,00 m, resultando em área de jogo de 510,00 m², e área construída total indicada de 524,19 m², conforme prancha do projeto arquitetônico.

Os quantitativos de serviços e insumos foram extraídos e consolidados na planilha orçamentária, refletindo as disciplinas e etapas construtivas previstas, incluindo, entre outros itens relevantes:

- Serviços preliminares: placa de obra (6,0 m²), barracão/almojarifado (12,0 m²) e locação da obra (552,37 m²).
- Piso da quadra: serviços incidentes sobre a área de 510,00 m² (ex.: tela, concreto, piso cimentado e pintura/demarcação).
- Fechamento lateral (alambrado e mureta): alambrado para quadra com quantitativo indicado de 354,92 m², além de muretas e seus revestimentos/pintura.
- Cobertura metálica: estrutura e telhamento contemplados na planilha, com quantitativo de telhamento indicado de 584,12 m² e demais itens de estrutura metálica/tesouras e fechamentos superiores.
- Instalações elétricas: itens consolidados em planilha (quadro de distribuição, disjuntores, eletrodutos e demais componentes).

Ressalta-se que os quantitativos constantes nas peças técnicas constituem a referência formal para a contratação e para a futura medição e pagamento, devendo eventuais ajustes ocorrerem somente mediante justificativa técnica, compatibilização com o projeto e formalização nos autos, preservando a coerência entre projeto, orçamento e execução contratual.

Documentação de suporte (anexa ao processo):

- Projeto arquitetônico (planta baixa, cobertura, cortes e vistas).
- Memória de cálculo.
- Planilha/Orçamento sintético.
- Memorial descritivo e especificações técnicas.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, inc. V da Lei nº 14.133/2021):

O levantamento de mercado para atender à necessidade pública de implantação de infraestrutura esportiva no Município de Floresta do Araguaia considerou as seguintes

alternativas de solução, as quais foram submetidas à análise comparativa de viabilidade técnica, operacional e econômica.

8.1. Análise de Alternativas

Alternativa 1 (Solução Escolhida): Construção de Quadra Poliesportiva Coberta em Terreno Público Municipal

Descrição:

Esta alternativa consiste na execução de obra de engenharia para construção de Quadra Poliesportiva coberta, e deverá ser ratificada com elaboração de Projeto Básico elaborado pela equipe técnica municipal, incluindo fundações, estrutura, cobertura metálica, piso esportivo, fechamento lateral e instalações elétricas.

Vantagens:

A escolha desta solução se justifica pelos seguintes fatores:

- Atendimento integral à necessidade identificada de infraestrutura esportiva permanente;
- Implantação em área pública, eliminando custos com desapropriação ou locação;
- Projeto técnico já elaborado, contendo memorial descritivo, memória de cálculo e planilha orçamentária;
- Previsibilidade de custos e cronograma;
- Maior durabilidade e vida útil da solução;
- Ampliação definitiva da capacidade de atendimento às atividades esportivas municipais.

A construção da quadra é a única alternativa capaz de atender plenamente à demanda por espaço esportivo estruturado, coberto e adequado às condições climáticas locais.

Alternativa 2: Utilização ou Reforma de Espaço Existente

Descrição:

Consistiria na adaptação ou reforma de espaço já existente para utilização como quadra esportiva.

Desvantagens:

A análise técnica demonstrou inviabilidade pelos seguintes motivos:

- Inexistência de estrutura compatível disponível no Município;
- Limitações estruturais que comprometeriam segurança e funcionalidade;
- Custos elevados de adaptação estrutural;
- Ausência de cobertura adequada;
- Dificuldade de atendimento às normas técnicas de segurança e acessibilidade;
- Solução parcial e de menor durabilidade.

Além disso, a adaptação não garantiria a padronização, segurança estrutural e desempenho técnico exigidos para equipamento esportivo público.

Alternativa 3: Locação de Espaço Privado para Atividades Esportivas

Descrição:

Consistiria na locação de imóvel ou espaço privado para realização das atividades esportivas.

Desvantagens:

- Despesa contínua e permanente (custeio), sem geração de patrimônio público;
- Dependência contratual de terceiros;
- Insegurança quanto à disponibilidade futura;
- Limitação de uso e horários;
- Ausência de controle integral da Administração sobre a estrutura.

Trata-se de solução temporária e financeiramente desvantajosa no médio e longo prazo.

8.2. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

A construção da Quadra Poliesportiva coberta é a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico.

Justificativa Técnica:

- Projeto Básico consolidado e compatibilizado;
- Atendimento às normas técnicas da ABNT;
- Estrutura dimensionada para uso esportivo regular;
- Atendimento às exigências de acessibilidade e segurança;
- Maior durabilidade e desempenho estrutural.
- Justificativa Econômica:
- Investimento classificado como despesa de capital (infraestrutura permanente);
- Redução de gastos futuros com locação ou adaptações sucessivas;
- Previsibilidade orçamentária;
- Menor risco de aditivos decorrentes de indefinições técnicas;
- Melhor relação custo-benefício no ciclo de vida da edificação.

A solução resolve integralmente a necessidade identificada, com racionalidade econômica e aderência ao planejamento municipal.

8.3. Da Metodologia Construtiva da Solução Encontrada

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a análise das alternativas tecnológicas e operacionais disponíveis no mercado para execução da obra.

8.3.1. Planejamento e Alinhamento com as Práticas de Mercado

O planejamento da obra foi estruturado considerando:

- Condições climáticas locais;
- Disponibilidade de mão de obra regional;
- Acesso a fornecedores de materiais;
- Viabilidade logística;
- Capacidade do mercado local de executar obras similares.

A solução proposta está alinhada às práticas correntes de obras públicas de pequeno e médio porte executadas por Municípios de porte semelhante.

8.3.2. Alternativas Tecnológicas e Operacionais Analisadas

Foram analisadas as seguintes alternativas construtivas:

- ✓ Construção convencional em concreto armado e alvenaria de vedação
Método amplamente utilizado, com elevada durabilidade e disponibilidade de mão de obra local.
- ✓ Estrutura metálica com cobertura termoacústica
Apresenta agilidade de execução e boa resistência estrutural, sendo compatível com a finalidade esportiva.
- ✓ Sistemas pré-fabricados/modulares
Possuem rapidez de execução, porém apresentam maior custo e limitação de fornecedores regionais.
- ✓ Sistemas industrializados (steel frame)
Baixa oferta regional e maior custo inicial.
- ✓ Execução direta pela Administração
Inviável, considerando ausência de equipe técnica operacional e estrutura de execução própria.

8.4. Justificativa da Metodologia Construtiva Escolhida

Optou-se pela metodologia convencional com estrutura em concreto armado, alvenaria de vedação e cobertura metálica, por apresentar:

- Compatibilidade com o Projeto Básico;
- Viabilidade técnica com uso de mão de obra regional;
- Logística simplificada;
- Atendimento às normas técnicas da ABNT;
- Redução de riscos contratuais;
- Histórico positivo em obras similares.

A alternativa selecionada garante execução segura, econômica e tecnicamente adequada ao porte do Município.

8.5. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

Considerando a existência de Projeto Básico completo, com definição de quantitativos e orçamento referencial detalhado, o regime de execução recomendado é empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

Esse regime:

- Proporciona maior previsibilidade orçamentária;
- Simplifica a medição e fiscalização;
- Transfere à contratada os riscos ordinários de variação de quantitativos;
- Reduz risco de aditivos por alterações indevidas.

8.6. Complexidade Técnica da Obra

A obra enquadra-se como obra comum de engenharia, conforme a Lei nº 14.133/2021, em razão de:

- Utilização de métodos construtivos correntes;
- Materiais amplamente disponíveis no mercado;
- Serviços rotineiros para empresas regionais;
- Baixa complexidade tecnológica;
- Previsibilidade das etapas construtivas.

8.7. Modalidade de Licitação, Forma de Disputa e Seleção do Fornecedor

Diante do objeto e do valor estimado, recomenda-se a adoção da Concorrência Eletrônica, conforme art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A forma de disputa sugerida é o modo aberto, garantindo ampla competitividade e transparência.

8.8. Critério de Julgamento: Menor Preço Global

O critério de julgamento recomendado é o de menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- Padronização do objeto;
- Projeto definido;
- Orçamento consolidado;
- Regime de preço global adotado.

8.9. Adequação da Solução à Necessidade Identificada

A solução escolhida é tecnicamente adequada à realidade do Município, atendendo aos requisitos de:

- Segurança estrutural;
- Funcionalidade;
- Durabilidade;
- Sustentabilidade;
- Economicidade.

A modalidade concorrência eletrônica, com disputa aberta e julgamento por menor preço global, associada ao regime de empreitada por preço global, configura a estratégia mais adequada para garantir legalidade, transparência e eficiência na contratação.

A decisão encontra-se alinhada à realidade orçamentária municipal, à capacidade do mercado regional e à necessidade de fortalecimento da política pública de esporte e lazer no Município de Floresta do Araguaia.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO: (inc. VI, § 1º, Lei 14.133/21, § 2º, art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

A obra está estimada em **R\$ 552.337,51 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)**.

A estimativa prévia de preços foi elaborada com base em consultas à tabelas oficiais de referência, especialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), bem como composições próprias compatibilizadas com os projetos técnicos e condições locais de execução.

A formação do orçamento considerou todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral da obra, incluindo:

- Mobilização e desmobilização;
- Administração local;
- Mão de obra;
- Encargos sociais;
- Materiais e insumos;
- Equipamentos;
- Transporte;
- Despesas indiretas;
- Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), conforme planilha orçamentária consolidada.

O percentual de BDI aplicado encontra-se devidamente demonstrado na planilha específica constante nos autos, observando parâmetros técnicos e práticas usuais de mercado para obras de engenharia de pequeno e médio porte.

A estimativa foi estruturada com base nos quantitativos extraídos do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo e Planilha de Composição de Custos Unitários, assegurando coerência entre projeto, orçamento e cronograma físico-financeiro.

Vislumbra-se que o valor estimado é compatível com os preços praticados no mercado regional para obras de mesma natureza e porte, estando em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 680/2023, que regulamenta os procedimentos de formação de preços no âmbito do Município de Floresta do Araguaia.

Documentação de suporte (anexa ao processo):

- ✓ Projeto Básico;
- ✓ Memorial Descritivo;
- ✓ Projetos arquitetônicos e complementares;
- ✓ Memorial de Cálculo;
- ✓ Planilha de Composição de Custos Unitários/Relatório Analítico;
- ✓ Planilha Orçamentária;
- ✓ Cronograma físico-financeiro.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: (inc. VII, § 1º, art. 18 da Lei 14.133/21, § 2º, art. 18 da Lei nº 14.133/21)

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada em construção civil para a execução da obra de Quadra Poliesportiva coberta, a ser implantada no Município de Floresta do Araguaia/PA, em área pública previamente definida pela Administração Municipal.

A edificação seguirá integralmente o Projeto Básico de Engenharia e os projetos complementares elaborados pela equipe técnica responsável, devidamente ajustados às condições do terreno e às características climáticas da região.

A quadra possuirá dimensões aproximadas de 30,00m x 17,00m, com área de jogo de 510,00 m² e área construída total conforme projeto técnico aprovado, contemplando:

- Estrutura em concreto armado;
- Piso esportivo em concreto com pintura demarcatória;
- Cobertura metálica;
- Fechamento lateral em alambrado e mureta;
- Instalações elétricas para iluminação;
- Demais elementos construtivos previstos nas peças técnicas.

Toda a infraestrutura observará:

- Normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- ABNT NBR 9050 (acessibilidade);
- Normas de segurança estrutural e elétrica;
- Regulamentos municipais aplicáveis;
- Diretrizes de sustentabilidade e racionalização de recursos.

A contratação se dará por meio da Concorrência Eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com disputa em modo aberto.

O regime de execução será o de empreitada por preço global (arts. 6º e 46 da Lei nº 14.133/2021), e o critério de julgamento será o de menor preço global (art. 33, inciso I), assegurando previsibilidade orçamentária, controle da execução e mitigação de riscos de aditivos contratuais indevidos.

Exigências de Manutenção e Assistência Técnica

Embora se trate de obra de infraestrutura esportiva, cuja entrega ocorrerá mediante recebimento provisório e definitivo, estabelecem-se as seguintes exigências mínimas:

✓ **Garantia da obra:** prazo legal mínimo de 5 (cinco) anos quanto à solidez e segurança estrutural, nos termos do art. 618 do Código Civil.

✓ **Responsabilidade técnica:** a contratada deverá manter responsável técnico habilitado junto ao CREA durante toda a execução, com emissão de ART, respondendo por eventuais vícios construtivos.

✓ **Assistência pós-entrega:** a contratada deverá promover, sem ônus para a Administração, os reparos necessários em caso de falhas identificadas no período de garantia.

✓ **Manual de operação e manutenção:** ao final da obra, deverá ser entregue manual contendo orientações para manutenção preventiva e corretiva da estrutura metálica, piso, sistema elétrico e demais componentes instalados.

Assim, a solução adotada contempla não apenas a construção da Quadra Poliesportiva coberta, mas também as condições necessárias para assegurar sua durabilidade, segurança estrutural, adequada utilização pela população e proteção do interesse público envolvido, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 680/2023.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021:

Considerando a natureza do objeto, que consiste na execução de obra de construção de Quadra Poliesportiva coberta, torna-se tecnicamente inviável o parcelamento da contratação.

A execução da obra demanda um conjunto integrado e sequencial de serviços de engenharia, cuja divisão comprometeria a funcionalidade da estrutura, a continuidade da execução, a compatibilidade entre sistemas construtivos e a adequada responsabilização técnica, podendo gerar ineficiência na gestão contratual e aumento de custos para a Administração.

A Quadra Poliesportiva será executada conforme Projeto Básico a ser elaborado, o qual apresentará as especificações técnicas interdependentes, exigindo perfeita articulação entre:

- Serviços preliminares;
- Fundações e estruturas em concreto armado;
- Piso esportivo;
- Estrutura e cobertura metálica;
- Fechamento lateral (alambrado e mureta);
- Instalações elétricas;
- Pintura e acabamentos.

O fracionamento desses elementos poderia comprometer:

- A compatibilidade estrutural entre fundações e cobertura;
- A padronização da execução;
- O cronograma físico-financeiro;
- A fiscalização da obra;
- A definição clara da responsabilidade técnica (ART).

Além disso, a contratação global permite atribuição inequívoca de responsabilidade à empresa executora, evitando sobreposição de obrigações entre múltiplos contratados, reduzindo riscos de litígios e falhas construtivas decorrentes de interfaces mal definidas.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento poderia gerar:

- Duplicidade de mobilização e desmobilização;
- Elevação de custos administrativos;
- Dificuldades de coordenação técnica;
- Aumento do risco de aditivos contratuais.

Dessa forma, à luz dos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e gestão adequada do contrato, opta-se pela contratação do objeto de forma única e indivisível, com fundamento no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que admite o não parcelamento quando tal medida se mostrar técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, inc. IX da Lei nº 14.133/2021):

A contratação da obra de construção da Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia/PA objetiva alcançar resultados concretos em termos de economicidade, melhor aproveitamento dos recursos públicos e fortalecimento das políticas municipais de esporte e lazer.

A adoção de Projeto Básico previamente elaborado, associada ao regime de execução por empreitada por preço global e ao critério de julgamento por menor preço global, assegura maior

previsibilidade orçamentária, controle da execução física e financeira da obra, mitigação de riscos contratuais e maior eficiência na gestão do contrato.

A implantação da Quadra Poliesportiva proporcionará ganhos relevantes ao Município, dentre os quais se destacam:

✓ **Ampliação do acesso à prática esportiva organizada** – disponibilização de espaço estruturado, seguro e coberto para realização de treinos, competições e atividades recreativas, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;

✓ **Fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer** – viabilização de escolinhas esportivas, campeonatos municipais, eventos comunitários e programas de incentivo ao esporte;

✓ **Promoção da inclusão social e prevenção à vulnerabilidade juvenil** – oferta de ambiente adequado para atividades esportivas regulares, reduzindo ociosidade e contribuindo para o desenvolvimento social;

✓ **Otimização dos recursos públicos** – investimento em infraestrutura permanente (despesa de capital), evitando gastos recorrentes com locações ou adaptações improvisadas;

✓ **Eficiência operacional e redução de custos futuros** – a construção de estrutura adequada e durável diminui despesas com manutenções corretivas frequentes e amplia a vida útil do equipamento público;

✓ **Impacto social de médio e longo prazo** – melhoria da qualidade de vida da população, incentivo a hábitos saudáveis, fortalecimento da convivência comunitária e valorização dos espaços públicos municipais.

Assim, a solução adotada gera resultados imediatos — com a disponibilização de infraestrutura esportiva adequada — e resultados estruturantes de longo prazo, promovendo inclusão social, desenvolvimento comunitário e fortalecimento das políticas públicas municipais de esporte.

A contratação proposta assegura o uso racional dos recursos públicos e a efetividade da ação governamental, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 18, § 1º, inc. X da Lei nº 14.133/2021):

Para a celebração do contrato relativo à execução da obra de construção da Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia/PA, caberá à Administração adotar providências prévias indispensáveis à adequada gestão e fiscalização contratual.

Entre as medidas previstas, destacam-se:

✓ Designação de Gestor e Fiscais do Contrato

- Serão formalmente designados, por meio de Portaria, o Gestor do Contrato e o(s) Fiscal(is) do Contrato, em atendimento ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

- Considerando a natureza técnica do objeto, o fiscal técnico deverá ser engenheiro civil ou profissional habilitado, com registro ativo no CREA/CAU.
- Poderão ser designados fiscais administrativos ou setoriais de apoio, garantindo acompanhamento multiprofissional da execução.

A definição clara das atribuições dos agentes responsáveis assegura controle efetivo da execução física, financeira e documental da obra.

✓ Verificação de Regularidade Técnica, Jurídica e Orçamentária

Antes da assinatura contratual, serão adotadas as seguintes providências:

- Conferência da habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica da empresa vencedora;
- Verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para cobertura integral da despesa;
- Emissão da respectiva nota de empenho;
- Conferência da compatibilidade entre proposta vencedora e orçamento estimado.

Tais medidas observam a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

✓ Conferência das Peças Técnicas e Atualização de Documentos

- Verificação da integridade do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro;
- Atualização de eventuais licenças ou autorizações necessárias;
- Compatibilização final dos documentos técnicos com a proposta vencedora.

✓ Formalização da Responsabilidade Técnica

- Exigência de apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da empresa contratada antes da emissão da ordem de serviço;
- Conferência da indicação formal do responsável técnico da obra.

✓ Adoção de Instrumentos de Transparência

- Publicação do contrato e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência da Lei nº 14.133/2021;
- Divulgação no Portal da Transparência Municipal;
- Registro adequado no sistema interno de controle administrativo.

Dessa forma, as providências prévias concentram-se na designação formal dos agentes públicos responsáveis, na verificação da regularidade técnica e orçamentária, na formalização da responsabilidade técnica e na adoção de mecanismos de transparência, assegurando conformidade jurídica, eficiência administrativa e segurança na execução da obra da Quadra Poliesportiva.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, inc. XI da Lei nº 14.133/2021):

14.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, § 1º, inc. XII da Lei nº 14.133/2021):

A execução da obra de construção da Quadra Poliesportiva coberta poderá gerar impactos ambientais diretos e indiretos, especialmente em razão das etapas de movimentação de solo, utilização de materiais de construção, geração de resíduos da construção civil e consumo de recursos naturais.

Tais impactos são considerados previsíveis, temporários e controláveis, desde que observadas as medidas mitigadoras já consolidadas nas boas práticas da construção civil, nas normas técnicas ambientais vigentes e na legislação aplicável.

Como contrapartida, a implantação da Quadra Poliesportiva também trará impactos positivos relevantes, ao promover:

- Melhor aproveitamento de área pública;
- Organização do uso do solo urbano;
- Valorização do entorno;
- Ampliação da infraestrutura social e esportiva;
- Incentivo à ocupação ordenada de espaços públicos.

Dentre os aspectos ambientais a serem considerados, destacam-se:

✓ **Adoção de materiais de menor impacto ambiental**, sempre que técnica e economicamente viável, como tintas à base d'água, materiais certificados e insumos com maior durabilidade e menor necessidade de manutenção;

✓ **Gestão adequada dos resíduos da construção civil**, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 307/2002;

✓ **Classificação e destinação correta dos resíduos**, nos termos da ABNT NBR 10004, garantindo descarte ambientalmente seguro;

✓ **Uso racional de água e energia no canteiro de obras**, com controle de desperdícios e incentivo a práticas sustentáveis;

✓ **Previsão de soluções construtivas duráveis e eficientes**, que reduzam custos de manutenção e prolonguem a vida útil da edificação;

✓ **Minimização de impactos à vizinhança**, mediante controle de ruídos, poeira, organização da circulação de veículos pesados e manutenção da segurança no entorno da obra.

O Termo de Referência ou Projeto Básico deverá conter cláusulas específicas determinando que a contratada observe os princípios da construção sustentável, com exigência de:

- Comprovação da origem regular dos materiais utilizados;
- Apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- Cumprimento da legislação ambiental municipal, estadual e federal;
- Responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes da execução.

Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da obra são considerados mitigáveis e compatíveis com a natureza do empreendimento, sendo superados pelos benefícios sociais, urbanos e comunitários decorrentes da implantação da infraestrutura esportiva.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inc. XIII, § 1º, art. 18 da Lei nº 14.133/2021, § 2º, art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Com base nas análises técnicas, jurídicas e econômicas desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção da Quadra Poliesportiva coberta no Município de Floresta do Araguaia/PA configura-se como a solução mais adequada para o atendimento da necessidade pública identificada.

A contratação apresenta-se:

✓ **Tecnicamente viável**, por utilizar Projeto Básico devidamente elaborado, compatível com as normas técnicas da ABNT, com as exigências de acessibilidade (NBR 9050), segurança estrutural e boas práticas da engenharia civil;

✓ **Juridicamente segura**, por estar amparada na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 680/2023 e nas boas práticas de planejamento e governança recomendadas pelos órgãos de controle;

✓ **Economicamente exequível**, com valor de referência estimado em **R\$ 552.337,51 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, definido a partir de composições oficiais de custos (SINAPI e composições compatibilizadas), compatível com os preços praticados no mercado regional para obras de mesma natureza e porte.

O modelo proposto atende aos requisitos de funcionalidade, segurança estrutural, acessibilidade, durabilidade e sustentabilidade ambiental, assegurando economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação é adequada, necessária e proporcional para alcançar os resultados pretendidos: ampliar a infraestrutura esportiva municipal, fortalecer as políticas públicas de esporte e lazer, promover inclusão social, incentivar hábitos saudáveis e oferecer espaço adequado para atividades esportivas e comunitárias, consolidando a política pública de esporte no Município de Floresta do Araguaia.

17. ANEXOS

- I – Mapa de riscos;
- II – Projeto executivo.

Floresta do Araguaia/PA, 19 de fevereiro de 2026.

Responsáveis pela elaboração do ETP:

ENEAS CAMPISTA Assinado de forma digital por
MADEIRA:021162 ENEAS CAMPISTA
74109 MADEIRA:02116274109
Dados: 2026.02.19 11:03:34
-03'00'

Enéas Campista Madeira
Professor
Matrícula nº 11026
Membro da Equipe de Planejamento de Compras
Decreto nº 040/2025-GAB



Lucas Oliveira Dantas
Engenheiro Civil
CREA nº 886058/D-PA